

## **PROJETO DE LEI Nº     , DE 2016**

**(Da Sra. Maria do Rosário)**

Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas.

Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se:

I – desaparecimento: a ausência física de alguém, mantendo-se uma situação de completa incomunicabilidade com terceiros, sem que haja qualquer justificação aparente;

II – autoridade central federal: órgão responsável pela consolidação das informações em nível nacional, pela definição das diretrizes da investigação de pessoas desaparecidas e pela coordenação das ações de cooperação operacional entre os órgãos de segurança pública;

III – autoridade central estadual: responsável pela consolidação das informações em nível estadual, pela definição das diretrizes da investigação de pessoas desaparecidas em âmbito estadual e pela coordenação das ações cooperação operacional entre os órgãos de segurança pública;

IV – cooperação operacional: compartilhamento de informações e integração de sistemas de informação entre órgãos estaduais e

federais com a finalidade de unificar e aperfeiçoar o sistema nacional de localização de pessoas desaparecidas.

Parágrafo único. Os deveres atribuídos por esta Lei aos estados e a órgãos estaduais aplicam-se ao Distrito Federal e aos Territórios.

Art. 3º O Poder Público envidará esforços para a busca e localização de pessoas desaparecidas, preferencialmente pela instituição de órgãos investigativos especializados e pela promoção e compartilhamento de informações entre órgãos de segurança pública.

Art. 4º No cumprimento do disposto no art. 3º, o Poder Público observará as seguintes diretrizes:

I – desenvolvimento de programas de inteligência e articulação entre órgãos de segurança pública e demais órgãos públicos na investigação das circunstâncias do desaparecimento, até a localização da pessoa desaparecida;

II – apoio e empenho do Poder Público à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico voltados às análises que auxiliem e contribuam para a elucidação dos casos de desaparecimento, até a localização da pessoa desaparecida;

III – participação dos órgãos públicos e da sociedade civil na formulação, definição e controle das ações da política de que trata esta Lei;

IV – desenvolvimento de sistema de informações, transferência de dados e comunicação em rede entre os diversos órgãos envolvidos, principalmente os de segurança pública, de modo a agilizar a divulgação dos desaparecimentos e contribuir com as investigações, busca e localização de pessoas desaparecidas;

V – disponibilização e divulgação de informações contendo dados básicos das pessoas desaparecidas na rede mundial de computadores, nos diversos meios de comunicação e outros;

VI – capacitação permanente dos agentes públicos responsáveis pela investigação dos casos de desaparecimento e pela identificação dos desaparecidos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso III, participarão, entre outros, representantes:

- I – de órgãos de segurança pública;
- II – de órgãos de direitos humanos e de defesa da cidadania;
- III – dos institutos de identificação, de medicina social e de criminologia;
- IV – do Ministério Público;
- V – da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- VI – da Defensoria Pública;
- VII – dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º O Poder Executivo criará o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, com o objetivo de implementar e dar suporte à política de que trata esta Lei, que será composto de:

- I – banco de informações públicas, de livre acesso por meio da rede mundial de computadores, que conterà informações acerca das características físicas das pessoas desaparecidas;
- II – banco de informações sigilosas, destinado aos órgãos de segurança pública, que conterà informações genéticas e não genéticas das pessoas desaparecidas e de seus familiares.

§ 1º As informações do cadastro serão inseridas exclusivamente pelas autoridades de segurança pública competentes para a investigação.

§ 2º Os órgãos de segurança pública dos entes federativos promoverão o compartilhamento de informações constantes dos respectivos cadastros, preferencialmente mediante a utilização de sistema eletrônico integrado.

Art. 6º Havendo dúvida acerca da identidade de cadáver, promover-se-á a coleta de informações físicas e genéticas, que serão inseridas no cadastro a que se refere o art. 5º.

Art. 7º A autoridade central federal e as autoridades centrais estaduais elaborarão relatório anual, contendo as estatísticas acerca dos desaparecimentos, do qual deverão constar:

- I – número total de desaparecidos;
- II – número de crianças e adolescentes desaparecidos;
- III – quantidade de casos solucionados;
- IV – causas dos desaparecimentos solucionados.

Art. 8º A autoridade do órgão de segurança pública, ao ser comunicada sobre o desaparecimento de uma pessoa, observando as diretrizes elaboradas pela autoridade central, adotará todas as providências visando à sua localização, comunicará o fato às demais autoridades competentes e incluirá as informações no cadastro de que trata o art. 5º.

§ 1º No caso de desaparecimento de criança, adolescente, pessoa com deficiência ou com doença incapacitante grave, a investigação será realizada imediatamente após a notificação, nos termos do § 2º do art. 208 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º nos casos em que a autoridade policial verificar a existência de qualquer causa que indique a vulnerabilidade do desaparecido.

§ 3º O desaparecimento de criança ou adolescente será comunicado ao Conselho Tutelar.

§ 4º A autoridade alertará o comunicante acerca da necessidade de informar o reaparecimento ou retorno da pessoa desaparecida.

Art. 9º As investigações sobre o desaparecimento serão realizadas até a efetiva localização da pessoa.

Art. 10. As autoridades de segurança pública, mediante autorização judicial, poderão obter dados sobre a localização de aparelho de

telefonia móvel sempre que houver indícios de risco à vida ou à integridade física do desaparecido.

Art. 11. Os hospitais, clínicas e albergues, públicos ou privados, devem informar às autoridades públicas a respeito do ingresso ou cadastro de pessoas sem a devida identificação em suas dependências.

Art. 12. O Poder Público promoverá convênio com as emissoras de rádio e televisão para a transmissão de alertas urgentes de desaparecimento, contendo informações relativas a crianças e adolescentes, observados os seguintes critérios:

I – confirmação do desaparecimento pelo órgão de segurança pública competente;

II – evidência de que a vida ou a integridade física do desaparecido está em risco;

III – descrição detalhada da criança ou adolescente, bem como do raptor ou do veículo envolvido no ato.

§ 1º A transmissão de alertas restringir-se-á aos casos em que houver informações suficientes para a identificação do desaparecido ou do suspeito, que permitam localizá-lo.

§ 2º O alerta de que trata este artigo não será utilizado quando a difusão da mensagem puder implicar aumento do risco para a vítima ou comprometer as investigações em curso.

§ 3º O convênio de que trata este artigo pode ser celebrado, ainda, com empresas de transporte e organizações não governamentais.

§ 4º A autoridade central federal e as autoridades centrais estaduais definirão os agentes responsáveis pela emissão do alerta.

Art. 13. Mediante convênio com órgãos de comunicação social e demais entes privados, o Poder Público poderá, ainda, promover a divulgação de informações de pessoas desaparecidas sobre as quais não haja indício do risco de que trata o inciso II do art. 12.

Parágrafo único. A divulgação de informações e imagens de que trata o § 3º será feita mediante prévia autorização dos pais ou do responsável e, no caso de adultos desaparecidos, quando houver indícios da prática de infração penal.

Art. 14. Dê-se ao artigo 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente –, a seguinte redação:

"Art. 83. Nenhuma criança ou adolescente menor de dezesseis anos poderá viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhado dos pais ou responsáveis, sem expressa autorização judicial.

§ 1º .....

a) tratar-se de comarca contígua à da residência da criança ou do adolescente menor de dezesseis anos, se na mesma unidade da federação ou incluída na mesma região metropolitana.

b) a criança ou adolescente menor de dezesseis anos estiver acompanhado:

.....”(NR)

Art. 15. O Poder Público implementará programas de atendimento psicossocial à família de pessoas desaparecidas.

Art. 16. O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A questão do desaparecimento de pessoas carece de tratamento sistemático na legislação brasileira, sendo relevante a preocupação relativa à elaboração de uma política de busca dessas pessoas.

A existência de delegacias especializadas no desaparecimento de pessoas não é a regra no Brasil. Não raras vezes,

familiares se deparam com o despreparo das instituições em lidar com a situação e proceder de maneira adequada para a resolução do problema. A necessidade de se aguardar 24 ou 28 horas para a lavratura do boletim de ocorrência ainda permeia o senso comum e pode ser um obstáculo à prevenção de crimes.

Nesse cenário, é imperioso o estabelecimento de marco legal sobre o tema, que oriente a sociedade e profissionais sobre a forma de proceder e as alternativas disponíveis para a busca e localização dos desaparecidos.

Este projeto de lei estabelece diretrizes gerais para o Poder Público lidar com a questão. Prevê a centralização, em órgão da União, dos Estados e do Distrito Federal, da definição de normas para a localização e consolidação de informações sobre pessoas desaparecidas, incentiva a promoção de ações integradas entre os órgãos de segurança pública, o compartilhamento de informações, estabelece a necessidade de treinamento e o apoio dos órgãos governamentais ao desenvolvimento de tecnologias que auxiliem na busca de pessoas, entre outros.

A proposta prevê a realização de convênios entre o poder público e veículos de comunicação para a difusão de informações que auxiliem à localização de crianças e adolescentes cuja vida ou integridade física estejam ameaçadas, de modo semelhante ao *Alerta AMBER* adotado em outros países. Dispõe, ainda, sobre a celebração de convênios para divulgação de fotografias e informações de pessoas desaparecidas por entes privados.

Essas e outras medidas têm por finalidade facilitar a busca, localização e identificação de pessoas desaparecidas e pôr termo às dificuldades burocráticas que impedem tratamento adequado à matéria, em prejuízo a desaparecidos e seus familiares.

Rogo, pois, o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei e sua conversão em norma jurídica.

Sala das Sessões, em                    de                    de 2016.

Deputada MARIA DO ROSÁRIO